

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.599.510 - RS (2019/0302233-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **ELDEVIR SCHULZ**
ADVOGADO : **EGOMAR CORBELLINI - RS045407**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **NELSON PILLA FILHO - RS041666**
: **MARCOS VALÉRIO SILVEIRA LESSA - RS042441**
: **JOSE ANTONIO BROGLIO ARALDI - RS060292**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 932, III, DO CPC/2015. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Eldevir Schulz ajuizou ação em desfavor do Banco do Brasil S.A., buscando a revisão de contrato bancário, a declaração de nulidade de cláusulas contratuais e a repetição de indébito.

O Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedentes os pedidos para "determinar a aplicação da taxa de juros contratada (6,25% a.a.) ao débito oriundo do contrato de cédula de crédito rural pignoratícia n. 40/00707-3 e declarar que o valor de R\$ 77.475,06 (setenta e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e seis centavos) representa, em 4/9/2014 (fl. 70), a quitação do contrato objeto da lide, na forma do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil" (e-STJ, fl. 155).

Interposta apelação pela instituição financeira, a Décima Nona Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul deu-lhe provimento para, afastando o reconhecimento da quitação da dívida, julgar improcedentes os pedidos iniciais.

O acórdão ficou assim ementado (e-STJ, fls. 199-206):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA. CÉDULA DE CRÉDITO RURAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. DECLARAÇÃO DE QUITAÇÃO DA DÍVIDA. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MODIFICADA.

Superior Tribunal de Justiça

1. Prospera o apelo, à medida que há erro na planilha de cálculo apresentada pelo autor e acolhida pelo julgador monocrático, porquanto ausente a capitalização dos juros, o que é admitido na contratação, especificamente no item ENCARGOS FINANCEIROS.
 2. Ausente pedido de revisão dos encargos, aí reside a diferença entre o valor depositado nos autos e aquele devido, o que não autoriza seja a dívida declarada como quitada.
 3. A atualização das parcelas apresentada pelo autor teve incidência dos juros legais de 6,5% ao ano, sobre o valor corrigido, mas sem a capitalização. Então, para apuração do valor devido imprescindível tivesse o autor aplicado a capitalização prevista no contrato, bem como lançar as parcelas ainda não quitadas quando da interposição da ação, forma de apurar o valor efetivamente devido, capaz de obter sucesso na ação declaratória de quitação de dívida.
 4. Ônus sucumbencial redistribuído e de inteira responsabilidade da parte autora.
- DERAM PROVIMENTO AO APELO.

O demandante interpôs recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando divergência jurisprudencial e ofensa aos arts. 341, 344 e 373, II, do CPC/2015; 6º, VIII, 46, 47 e 54, §§ 3º e 4º, do CDC; e 421 do Código Civil.

Não foram apresentadas contrarrazões.

O Tribunal de origem inadmitiu o recurso especial sob o fundamento de incidência das Súmulas n. 7 do STJ e 282 e 356 do STF, o que ensejou a interposição do presente agravo.

Sem contraminuta.

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado de que cabe à parte agravante, nas razões do agravo em recurso especial, trazer argumentos para contestar a decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso, justificando, tese a tese, o cabimento do apelo especial conforme determina expressamente o art. 932, III, do CPC/2015.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO SUBSCRITO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA Nº 115/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, INCISO I, DO CPC. 1. É inexistente, na instância especial, recurso interposto por advogado sem procuração nos autos (Súmula nº 115/STJ). 2. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo. 3. Agravo regimental conhecido em parte e, na parte conhecida, não provido. (AgRg no AREsp n. 321.387/RS, Relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 5/2/2015, DJe 12/2/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, DO CPC/73. AUSÊNCIA DE VÍCIOS NO ACÓRDÃO. MULTA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. Incumbe ao relator não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (art. 932, inciso III, do CPC/2015). 2. Não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade ou contradição, não fica caracterizada ofensa ao art. 535 do CPC/73. 3. O reexame de matéria de prova é inviável em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 941.193/SP, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 17/11/2016, DJe 23/11/2016)

A propósito, o referido entendimento foi confirmado pela Corte Especial do STJ no julgamento dos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial n. 746.775-PR.

Confira-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932. 1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

Superior Tribunal de Justiça

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, restando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos. (EAREsp n. 746.775/PR, Relator o Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018)

No caso, o insurgente não impugnou especificamente o fundamento da decisão agravada concernente à incidência das Súmulas n. 282 e 356 do STF, o que inviabiliza o conhecimento do agravo.

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor do patrono do agravado em 2% sobre o valor da causa, observados os efeitos da gratuidade de justiça.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator